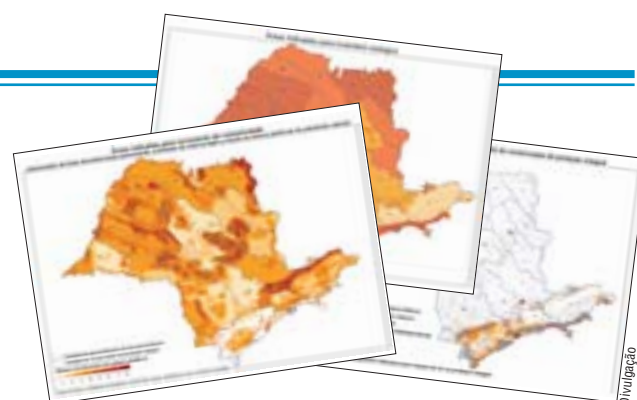




**Carbon Free:** estímulo a empresas para reduzirem emissões de CO<sub>2</sub>

**Garça:** município quer superar metas e aumentar o plantio



**Ambiente:** mapas identificam áreas para ações de preservação



**JORNAL**  
**MataCiliar**

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ano 1 • Edição nº 7 • Novembro 2007

www.ambiente.sp.gov.br

ENTREVISTA

► **Maria Cecília Wey de Brito**

“Hoje, mesmo nas áreas de cana-de-açúcar, existe uma propensão dos produtores em manter a mata ciliar e quem ainda não entendeu isso acabará fora.”

# Projeto Estratégico objetiva recuperação em todo o Estado

A partir do próximo ano, e em prazos escalonados que vão até 2009, proprietários rurais deverão informar a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA) sobre a preservação das matas ciliares em suas terras, indicando sua delimitação e as medidas de proteção adotadas para permitir a regeneração natural, como isolamento e remoção de fatores de degradação. A medida faz parte da Resolução SMA 42 de 26/09/2007, que institui o **Projeto Estratégico Mata Ciliar**, cujo objetivo é ampliar a cobertura vegetal natural do Estado por meio da proteção e recuperação das áreas ciliares. O Projeto Estratégico Mata Ciliar estrutura as ações da Secretaria do Meio Ambiente em relação às Matas Ciliares, incluindo o Projeto de Recuperação das Matas Ciliares.

A intenção da SMA, ao exigir que se informe onde e como estão as matas ci-

liares, é promover a ampliação da área de cobertura vegetal no Estado de São Paulo dos atuais 14% para 20%. “A lei não obriga os proprietários a recuperarem as matas ciliares, mas podemos impedir que as áreas sejam utilizadas para outros fins”, esclarece Helena Carrascosa von Glehn, coordenadora de Licenciamento Ambiental e Proteção de Recursos Naturais da Secretaria.

Responsável pelo Projeto Estratégico, Helena Carrascosa conta que o primeiro grupo a ter de enviar as informações é formado pelas propriedades canaveiras. “Por causa da lei de redução da queima de cana, essas propriedades precisam enviar todos os anos, até 2 de abril, o seu plano de colheita. A partir de 2008, deverão informar também as condições de suas matas ciliares”, afirma a coordenadora do Projeto. O setor é responsável por uma área

plantada de mais de quatro milhões de hectares (ha) no Estado.

O segundo grupo, com prazo até junho de 2008, é formado por propriedades com mais de 2.000 ha, cerca de 650 no Estado e correspondem a aproximadamente 2,5 milhões de ha (mais de 10% da área do Estado). Áreas exploradas por empresas florestais do setor de papel e celulose (cerca de um milhão de ha) e áreas marginais a reservatórios administrados por empresas de energia e saneamento também fazem parte desse grupo.

“O perímetro das represas em São Paulo é de mais de dez mil quilômetros, ou seja, é maior do que a costa brasileira. Além disso, reflorestar as bordas das represas ajuda a antecipar a recuperação florestal do Estado e é de interesse das empresas, pois a água protege o negócio delas”, afirma Helena. Outra vantagem desse

**Helena Carrascosa:**  
“A lei não obriga os proprietários a recuperarem as matas ciliares, mas podemos impedir que as áreas sejam utilizadas para outros fins.”

segmento é ser formado por apenas seis empresas, a maior parte delas estatais: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Companhia Energética de São Paulo (Cesp), AES Tietê, Duke Energy, Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE).

Os proprietários com área entre 500 e 2.000 hectares (aproximadamente 5.700, totalizando cerca de cinco milhões de ha) têm prazo até 30 de novembro de 2008 para in-

formar a situação de suas matas ciliares. O último grupo, com prazo até 30 de novembro de 2009, é constituído pelas propriedades com área entre 200 e 500 ha (13.300, totalizando quatro milhões de ha).

Helena Carrascosa lembra que há sobreposições entre as categorias, mas a medida deve atingir a maior parte das áreas rurais do Estado. As terras com áreas menores ficarão para uma próxima fase ainda a ser definida. “Começamos com a cana-de-açúcar, porque já existe o cadastro eletrônico. Estamos agora definindo como serão inseridas as grandes propriedades do segundo grupo. A partir das informações que colhermos, formaremos um cadastro georreferenciado para o acompanhamento dessas áreas.” A Polícia Ambiental deverá dar ênfase à fiscalização nessas áreas.

A resolução prevê, ainda, que o plantio de espé-

cies nativas para promover a recuperação de matas ciliares independe de autorização, mas que deve ser comunicado à SMA. “Não é obrigatória a autorização para fazer a recuperação, mas é necessário informar, para evitar que o proprietário seja multado por engano durante o plantio. Com a comunicação, também poderemos acompanhar”, explica.

O Projeto Estratégico Mata Ciliar incorpora ainda a parceria com a Secretaria da Agricultura no Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II, que é objeto de uma carta-consulta já aprovada pela Comissão de Financiamentos Externos (Conflix), do Ministério do Planejamento, e está em análise no Banco Mundial. Entre as novidades do projeto, que substitui o atual Programa de Microbacias, está a possibilidade de pagamento por serviços ambientais. ►

Propriedades canaveiras serão as primeiras a informar sobre mata ciliar. Depois virão dados das grandes propriedades, do setor de papel/celulose e dos reservatórios





# Uma iniciativa de peso

A compensação de emissão de carbono tem sido utilizada para a recuperação das matas ciliares paulistas pela **Iniciativa Verde**, uma organização não-governamental voltada para a busca de soluções ambientais para tornar produtos e processos produtivos menos agressivos ao meio ambiente. Pela atuação da ONG, empresas e eventos realizam voluntariamente o inventário de suas emissões de gases de efeito estufa e pagam para que sejam neutralizadas por meio do plantio de árvores. Com isso, colaboram para diminuir seu impacto nas mudanças climáticas.

Segundo o diretor da ONG, Osvaldo Stella Martins, engenheiro mecânico e doutor em Ecologia, a idéia da compensação voluntária surgiu ao constatar que a restauração florestal, em áreas de reserva legal e preservação permanente, como as matas ciliares, embora de importância inquestionável em termos de serviços am-

bientais, tinha pouco apelo para projetos de crédito de carbono porque não fornece lucro contábil. “Procuramos desenvolver instrumentos de mercado, pois acreditamos que, com isso, a possibilidade de replicar o conceito é maior. Em São Paulo, onde há um milhão de hectares de matas ciliares a serem recuperadas, são necessários investimentos da ordem de R\$ 15 a 20 bilhões em restauração florestal. O que fizemos foi adaptar o conceito de compensação de emissões, que é bastante utilizado na Europa e nos Estados Unidos, para a nossa realidade”, informa Martins.

A partir daí, a Iniciativa Verde criou o selo *Carbon Free* (ou livre de carbono), que é conferido a empresas, produtos ou eventos que diminuem e compensam suas emissões. O projeto deve cumprir quatro etapas: o inventário de emissões, o projeto de restauro florestal que compense as emissões, sua implantação e manutenção e o monitoramento. “Com o inventário, estimamos o número de mudas que deverão ser plantadas, considerando que as árvores

levam cerca de 30 anos para absorver o carbono. Por isso, é importante saber onde as árvores foram plantadas e ter um forte processo de controle, principalmente nos primeiros anos.”

**Projeto elaborado por ONG estimula empresas a diminuírem e a compensarem emissões de carbono**

Até o momento, quase 50 projetos já receberam o selo, entre eventos – como a São Paulo Fashion Week e a palestra de Al Gore, em São Paulo –; publicações e programas – como a coleção *Bicho Poema*, da Editora Peirópolis, ou o programa *Cidades e Soluções*, da *GloboNews* –; e empresas – como a *Box 1824* ou a *Uma Morumbi Shopping*. Os inventários são feitos a partir do Protocolo de Gases de Efeito Estufa (GHG Protocol, na sigla em inglês), elaborado pelo *World Resources Institute*. “Para cada tipo de atividade, há um inventário diferente, que considera o consumo

de energia e de materiais. Por exemplo, um evento gasta óleo diesel em geradores; gasolina e óleo diesel no transporte; e produz resíduos e consome materiais, como copos descartáveis. O inventário identifica as fontes de gases de efeito estufa e propõe medidas para reduzir as emissões. Nas edições da São Paulo Fashion Week, o número de árvores plantadas tem diminuído, ano a ano, porque os organizadores vão incorporando medidas para reduzir as emissões. Mas elas nunca chegarão a zero”, explica Martins.

O ecólogo lembra que a compensação não soluciona todos os problemas ambientais, o efeito estufa ou o aquecimento global, mas é uma medida que, se bem aplicada, contribui, principalmente, para a conscientização. Além disso, quando há plantio, há um ganho, não apenas na redução de CO<sub>2</sub> na atmosfera, mas também localmente, com o pacote de serviços ambientais desse recurso florestal, como a melhoria da qualidade da água e a construção de corredores de biodiversidade. ▀



Foto aérea de restauro feito pela Iniciativa Verde, em Porto Feliz (SP)

## Questão de normas

Osvaldo Martins lembra que o sucesso da compensação de emissões depende da maneira como a sociedade se apropria dela. Por isso, defende que é importante normatizar o mecanismo a ser aplicado. “A Secretaria Estadual do Meio Ambiente poderia contribuir definindo como deve ser feito um restauro florestal e criando um banco de projetos, que informe como eles foram feitos. A idéia não é impedir os restauros, mas dizer se foram feitos do jeito certo. Isso porque há objetivos diferentes ao ser definido uma compensação. Utilizamos, por exemplo, a mesma metodologia do

Protocolo de Kyoto, que define que uma árvore seqüestra, até atingir a maturidade, 0,2 tonelada de CO<sub>2</sub>, mas já vimos projetos que consideram 0,6 tonelada de CO<sub>2</sub>”, esclarece.

O ecólogo defende que o mesmo processo seja adotado para os inventários. “A Cetesb também pode determinar qual a maneira correta de fazer o inventário de emissões, o que daria mais credibilidade ao mecanismo, pois há inventários com resultados diferentes para a mesma prática. Por exemplo, ao se inventariar uma empresa, alguns consideram a distribuição do produto e outros não.” ▀

# Caminhos para o reflorestamento

Iniciativa Verde tem realizado, no Estado de São Paulo, a implantação de seus projetos de compensação de emissões para acompanhar e garantir a qualidade do trabalho. “Anualmente, plantamos determinado número de árvores, mas sabemos que o bene-

fício é diferente, conforme o local. Por isso, consultamos o Banco de Áreas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA), para escolher locais que formem corredores. A SMA instrumentaliza a adesão ao Banco de Áreas e nós reflorestamos”, diz Osvaldo Stella Martins.

Uma parceria que já deu certo foi em Lorena, em que a Iniciativa Verde e o Instituto Oikos aderiram ao Banco de Áreas da SMA.

Criada em 2005, a ONG já plantou 120 mil árvores, em 72 ha, com 95% de sobrevivência. Neste ano, a expectativa é plantar cem mil árvores em 60 ha.

“Normalmente, plantamos 20% a mais de árvores do que o indicado no inventário, com 30 meses de manutenção e dois replantios no período. Além disso, às vezes, fazemos alguns plantios no local do evento ou na empresa que está pagando a compensação, mas sem computá-

PROJETOS REFLORESTADOS PELA INICIATIVA VERDE			
Localização	Tipo de projeto	Localização	Tipo de projeto
Porto Feliz	Plantio em assentamento.	Lorena	Parceria com o Instituto Oikos.
Sumaré	Plantio realizado junto com a Pioneiros, ONG formada por filhos de assentados.	São Francisco Xavier	Uma empresa levanta as áreas e orienta para que se cadastrem no Banco de Áreas.
Vale do Ribeira	Parceria com o Instituto Socioambiental para plantio em comunidades quilombolas, que também produzem mudas.	São Carlos	Proprietário da terra foi contratado para fazer o restauro.

los no restauro”, explica. Martins conta que os projetos são desenvolvidos de duas maneiras: por meio da contratação de empresas de restauro florestal, que realizam o ciclo completo, das mudas ao plantio; ou pela capacitação local, quando a comunidade absorve e desen-

volve o processo. “O custo é mais elevado nesse segundo caso, pois precisamos de lastro. Se a comunidade não conseguir realizar, precisamos garantir o plantio. Mas, em geral, temos tido sucesso.” O desafio da Iniciativa Verde para 2008 é desenvolver modelos para in-

corporar florestas em pé nos projetos de compensação. “É mais efetivo, em termos ambientais e econômicos, manter uma floresta do que restaurar. A idéia é identificar grandes fragmentos em microbacias e trabalhar as conexões entre elas.” ▀



Parceria da SMA, Iniciativa Verde e Instituto Oikos em Lorena, com o uso do Banco de Áreas





No município de Garça, reflorestamento começou com o Projeto de Microbacias e ganhou força com o Projeto de Recuperação de Matas Ciliares

# Superando metas na segunda fase

O Município de Garça está localizado na região centro-oeste do Estado de São Paulo, ao longo do espigão onde nascem duas importantes bacias hidrográficas: a do Peixe e a do Aguapeí. Essa formação propicia muitas matas, grotões e mais de 80 cachoeiras, incluindo 18,5 ha de Mata Atlântica, que formam o Bosque Municipal. Isso não significa, porém, que as matas ciliares da região tenham sido poupadas da degradação.

Com 43 mil habitantes, o município tem 100% de seu esgoto tratado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), uma autarquia municipal, o que mostra a preocupação local com a questão do saneamento. Parte da Bacia do Rio Aguapeí – uma das cinco bacias hidrográficas que compõem o Projeto de Recuperação de Matas Ciliares –, a microbacia do Córrego do Barreiro, em Garça, foi escolhida para fazer parte dos projetos demonstrativos de recu-



peração, justamente por ser um manancial que abastece a cidade.

Segundo o engenheiro agrônomo Luis Fernando de Jesus Tavares, supervisor do projeto na Bacia do Aguapeí, Garça já conta com um processo de reflorestamento que foi iniciado há cinco anos, a partir do Programa Estadual de Microbacias, implantado pela

## Garça inicia segunda fase do plantio e quer aumentar área plantada

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, por intermédio da Casa de Agricultura. As Secretarias do Meio Ambiente e Agricultura são parceiras

no Projeto de Recuperação de Matas Ciliares.

A microbacia do Córrego do Barreiro abrange uma área de 5.578 ha, com 53 propriedades, 61% das quais consideradas pequenas, pois têm menos de 30 ha. Na primeira fase do projeto demonstrativo, realizada no primeiro semestre deste ano, o plantio aconteceu em uma área de 1,5 ha, na propriedade do agricultor Luiz Carlos Belini. Na segunda fase de plantio, iniciada em outubro, a meta é aumentar a área plantada para pelo menos 35 ha. Tavares informa que o orçamento já foi aprovado e o plantio de 13 ha está em andamento em dez propriedades.

Além da CATI e da SAAE, o Projeto Mata Ciliar tem, no município, a parceria da Associação dos Produtores Rurais do Córrego do Barreiro, entidade executora do projeto, responsável pelo cercamento, preparo e plantio das áreas. Conforme Claudinéa de Jesus Pereira Garcia, secretária da Associação, o

plântio foi realizado em apenas uma propriedade na primeira fase, para que servisse de experiência e motivasse os demais proprietários a darem segui-

mento ao projeto. Nesta segunda fase, os trabalhos foram iniciados pela Fazenda Cascata, onde está o local de captação de água do município. Claudinéa

conta ainda que, nos locais em que são implantados os projetos demonstrativos, são construídas também fossas sépticas, com a ajuda da CATI e do SAAE. ▶

## Do café à indústria eletrônica

Garça fez parte do ciclo do café no início do século XIX. Elevada à categoria de município em 5 de maio de 1929, a cidade foi denominada inicialmente Incas, passando depois a Italina, e recebendo, finalmente, a denominação de Garça por causa de um ribeirão que cruzava o futuro município, batizado como Ribeirão da Garça, por conta do grande número dessas aves que ali passavam.

Embora a maior parte da história do município esteja ligada ao agonegocio do café, essa atividade econômica foi perdendo força com o tempo, principalmente a partir de uma intensa seca ocorrida nos anos 1970. Na década de 1980, Garça encontrou, no setor eletroeletrônico, uma alternativa econômica. Empresas dos ramos de portões eletrônicos, segurança eletrônica, reatores e *no-breaks*, entre outros, se instalaram no município. Atualmente, Garça já ostenta o *slogan* de “capital da eletroeletrô-



### Plantação de café deu lugar à eletroeletrônica

nica”, e é um pólo desse segmento econômico no interior paulista.

No entanto, embora ainda conte com a cultura do café, Garça também tem uma agricultura diversificada, despontando as plantações de seringueira, maracujá, citros de mesa, coco, banana, abacate, pupunha, pêssego, uva, ameixa e nectarina. O turismo rural também vem crescendo no município, que conta com Clube de Jeepeiros, Clube de Kart, pistas de *bikers*, *skate* e *moto-cross*, ultra-leves, pôneis, parque temático e

pedalinhos, entre outras atrações.

Todo mês de julho, acontece o principal evento da cidade, que é a Festa da Cerejeira, para comemorar a floração anual. A festa acontece no Parque das Cerejeiras, à beira de um lago artificial, que também é um ponto turístico de Garça. A beleza da floração traz à cidade visitantes de toda a região, principalmente da colônia japonesa das cidades circunvizinhas. A festa também inclui mostras de cultura, artesanato, música e danças típicas. ▶



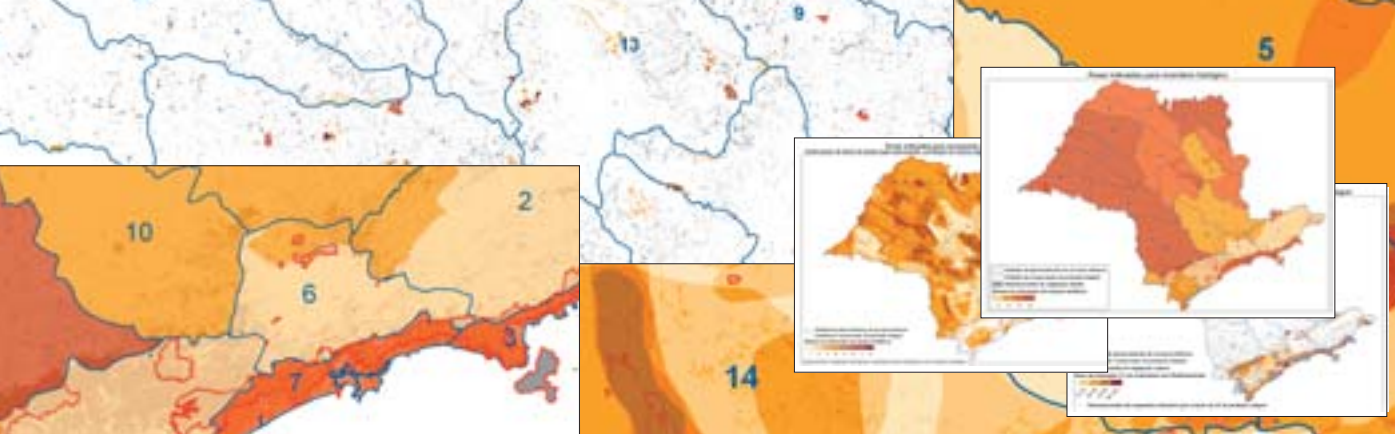
A floração das cerejeiras em Garça atrai turistas de toda a região

# BANCO DE ÁREAS

Se você possui áreas degradadas e deseja recuperá-las sem custo, acesse o site : [www.ambiente.sp.gov.br/mataciliar](http://www.ambiente.sp.gov.br/mataciliar)

BANCO DE ÁREAS PARA RECUPERAÇÃO FLORESTAL





Entrevista

Maria Cecília Wey de Brito



Divulgação

## Mudança de Estratégia

A secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Maria Cecília Wey de Brito, é engenheira agrônoma e mestre em Ciência Ambiental. Antes disso, foi coordenadora da Aliança para a Conservação da Mata Atlântica, diretora geral do Instituto Florestal e diretora-executiva da Fundação Florestal, em São Paulo. No governo estadual paulista, também coordenou, por cinco anos, o Programa de Preservação da Mata Atlântica, com o apoio do KfW, agente financeiro do governo alemão.

### Jornal Mata Ciliar – Qual a importância das matas ciliares para a biodiversidade?

**Maria Cecília Wey de Brito** – As matas ciliares estão ao longo de todos os rios e, por isso, não são iguais no Brasil inteiro. Além disso, por serem ambientes úmidos, também são diferentes dos ecossistemas à sua volta. Por conta disso, são muito representativas em termos de biodiversidade e só por isso já são muito importantes. No entanto, ao estarem ligadas a corpos d'água, as matas ciliares também jogam frutos e folhas nos rios, sendo fonte de alimento também para as espécies aquáticas e fornecendo sombra e abrigo nesse ambiente. Elas também fazem uma barreira contra a erosão dos solos, garantindo a profundidade e a qualidade da água.

### JMC – Como o governo federal tem atuado em relação às matas ciliares? Há programas específicos para esses ecossistemas?

**MCWB** – Não há um projeto específico para as matas ciliares, mas no mapa das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, que é uma espécie de documento orientador para as atividades de governo, a questão das matas ciliares ficou bem determinada, mesmo que a escala do trabalho seja de grande magnitude.

### JMC – Como a senhora vê as condições das matas ciliares no País e a conscientização sobre sua conservação e recuperação?

**MCWB** – Há uma tendência muito grande para melhorar, pois algumas pessoas, que em algum tempo da história acreditavam que usar toda a terra era bom, já descobriram que, no longo prazo, não é uma boa estratégia. Hoje, mesmo nas áreas de cana-de-açúcar, existe uma propensão dos produtores em manter a mata ciliar e quem ainda não entendeu isso acabará fora. Por outro lado, nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) hídricas urbanas está acontecendo o contrário. Existe um movimento para diminuir-las, em favor de mais impermeabilização e empreendimentos imobiliários. Hoje, as APPs rurais são mais valorizadas do que as urbanas. O problema é que os que brigam para eliminar as matas ciliares nas cidades são os mesmos que depois vão pedir ao governo para construir piscinões para diminuir as enchentes.

## Mapas para conservar o meio ambiente

O Estado de São Paulo conta, a partir de agora, com mapas temáticos que identificam as áreas prioritárias para ações de conservação e de restauração da biodiversidade em território paulista. Apresentados no último dia 10 de outubro, durante encontro na Secretaria Estadual do Meio Ambiente, os estudos subsidiarão as ações de planejamento, fiscalização e recuperação da biodiversidade.

Desenvolvido ao longo de dois anos pelo Programa Biota de Pesquisas em Conservação e Uso

Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo, com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o estudo registra 10.500 espécies, das quais 3.500 são espécies-alvo consideradas prioritárias. Identifica também, pela primeira vez, as áreas paulistas onde devem ser concentrados os esforços para a recuperação florestal.

A iniciativa resulta de parceria com o Instituto de Botânica, o Instituto Florestal e a Fundação Florestal, vinculados à Secretaria do Meio Ambiente (SMA),

com a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista (Unesp), e também com as organizações não-governamentais Conservação Internacional (CI-Brasil) e Centro de Referência e Informação Ambiental (Cria).

Segundo o secretário do Meio Ambiente, Xico Graziano, “os órgãos ambientais passarão a dispor de dados atualizados que permitirão indicar as áreas para a criação de corredores ecológicos e estabelecer prioridades nas

ações da Polícia Militar Ambiental, que poderá aumentar o efetivo de homens nas bases próximas às regiões mais vulneráveis”.

O professor Ricardo Rodrigues, da Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz (Esalq), da USP, e coordenador da Biota/Fapesp, afirma que o estudo dará a base científica para definir áreas a serem beneficiadas pelos recursos de compensação ambiental, exigidos dos empreendedores. Os mapas da biodiversidade estão disponibilizados no site da SMA ([www.ambiente.sp.gov.br](http://www.ambiente.sp.gov.br)).

## Contra o desmatamento, a favor da natureza

A Secretaria do Meio Ambiente (SMA) intensificará a fiscalização em todo o Estado de São Paulo contra o desmatamento e pretende tornar mais efetivas as medidas para prevenir ou reduzir os impactos ambientais. Essas medidas fazem parte do programa **Desmatamento Zero** que suspendeu, temporariamente, a concessão de licença para a supressão de matas no território paulista.

Datada de 21 de setembro, a Resolução SMA 40 suspende as autorizações

de desmatamento, durante 180 dias, em fragmentos florestais que abriguem espécies ameaçadas de extinção e em áreas de cerrado, cerradão e florestas nativas do bioma Mata Atlântica, em estágios médio e avançado de regeneração.

Também estão suspensas as autorizações para imóveis com algum passivo ambiental, como a ocupação irregular de Áreas de Preservação Permanente, como as matas ciliares.

A Resolução ainda determina que, nos municí-

pios com baixo índice de cobertura vegetal nativa (menor que 5% de seu território), a supressão de vegetação nativa em estágio inicial de regeneração está condicionada à recuperação de uma área equivalente no próprio município. A medida visa preservar os poucos remanescentes em regiões como o noroeste paulista, em que há pouco mais de 1% de vegetação nativa.

“O próximo passo será propor novas leis para a preservação da área”,



José Jorge

### Área degradada em Gabriel Monteiro (SP)

esclarece Renata Beltrão, diretora do Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais (DEPRN) e gerente do programa Desmatamento Zero.

## ROBERTA MIRANDA ALERTA

“Olá amigos! E quem fala é Roberta Miranda. Gostaria de falar com vocês sobre um assunto que me preocupa muito, mas me preocupa muito mesmo: é a questão da ÁGUA. Pois, sem ela, não existiria vida de espécie alguma. Em várias regiões

do Estado de São Paulo, meus amores, eu venho percebendo que os rios estão morrendo. E uma das causas disso é a destruição das matas ribeirinhas. Pois são elas que protegem essa fonte de vida que são os rios. Um beijo no coração!”



Divulgação

Depoimento dado ao programa de rádio Sintonia Verde. Para ouvir outros relatos e entrevistas sobre a Mata Ciliar, acesse: [www.ambiente.sp.gov.br/mataciliar](http://www.ambiente.sp.gov.br/mataciliar)

## CARTAS e E-MAILS

Correspondências com sugestões e críticas podem ser enviadas para:

JORNAL MATA CILIAR  
R. Lavradio, 105 - Pacaembu  
CEP: 01154-020 - São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3666-0993

E-mail:  
[matasciliares@ambiente.sp.gov.br](mailto:matasciliares@ambiente.sp.gov.br)



[www.ambiente.sp.gov.br/mataciliar](http://www.ambiente.sp.gov.br/mataciliar)

**EXPEDIENTE:** O Jornal Mata Ciliar é uma publicação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo e produzido pela SK&C Editora Ltda. **Diretor:** Lie Liong Khing - **Editora:** Denise Góes - MTb: 14.329 - **Reportagem:** Maura Campanili. Conceitos e opiniões emitidos por entrevistados e colaboradores não refletem, necessariamente, a opinião do jornal e de seus editores. Para obter mais exemplares do jornal, entre em contato conosco ou procure nos locais de distribuição, relacionados no site [www.ambiente.sp.gov.br](http://www.ambiente.sp.gov.br). **Textos podem ser reproduzidos, citando a fonte: Jornal Mata Ciliar/SMA.**